



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO DE APICULTORES

KELLY CARMO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

HELENA BELINTANI SHIGAKI

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO DE APICULTORES

INTRODUÇÃO

O mercado globalizado tem pressionado as empresas a equacionarem a necessidade de obterem lucros, a obedecerem à legislação e a estarem atentas a suas responsabilidades éticas, morais e sociais para com as comunidades em que se inserem. Esse movimento fez nascer um novo *ethos*, que influenciou o papel das empresas e do Estado em relação ao modo de fazer negócios no mundo (Ashley *et al.*, 2003).

As organizações devem adotar comportamentos universalmente aceitos, destacando-se um maior envolvimento nas comunidades em que estão inseridas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos, até uma atuação direta na área social, em parceria com governos ou isoladamente (Ashley *et al.*, 2003). A esse comportamento dá-se o nome de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Demonstrar a importância da RSE como estratégia das organizações ainda é um desafio. Segundo Peria, Santos e Montoro (2020), a RSE está em desenvolvimento e ainda é vista como uma obrigação legal ou como ações voltadas ao assistencialismo, sem um perfil consolidado e conhecimento tangível dos benefícios futuros para as organizações.

Nesse sentido, tem-se o conceito de Investimento Social Privado (ISP), que segundo Fischer, Fedato e Belasco (2005) é materializado em projetos sociais desenvolvidos em parceria com o segundo e ou terceiro setor. O ISP é percebido por algumas empresas como um fator estratégico, um direcionamento de recursos privados para projetos e ações sociais, considerando que na maioria delas a gestão está subordinada à área de Sustentabilidade e que o direcionamento desse investimento é definido de maneira formal, de acordo com uma política, diretriz ou outra orientação corporativa (Gentil e Ferreira, 2019, GIFE, 2019). Espera-se com isso um resultado positivo do investimento naquele projeto ou nas ações sociais, tal como acontece nas empresas, em que é possível mensurar o ganho do investimento.

Para Gentil e Ferreira (2019), as empresas têm consciência do seu papel social perante seus stakeholders e estão atentas e dispostas a deixarem para as gerações subsequentes uma herança positiva, embasadas em iniciativas socioambientais que extrapolem a promoção da qualidade de vida no sentido de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades. Portanto, com base no exposto, este estudo buscou responder à seguinte questão norteadora da pesquisa: Quais são as contribuições de um projeto social de incentivo à apicultura para o desenvolvimento humano e econômico de apicultores?

A unidade de análise deste artigo foi um projeto social de geração de renda, tendo como fulcro a apicultura, implantado por uma empresa de reflorestamento de eucalipto em 2004, na unidade Florestal, em Minas Gerais. A empresa possui uma área de 230.617 hectares, distribuídos em 22 fazendas de 22 municípios, nas regiões Centro, Noroeste e Norte de Minas Gerais. Deste total, 97.830 hectares são de área preservada com mata nativa, ou seja, de preservação permanente e de reserva legal.

Este estudo se justifica não só pela permanência, ajustes e ampliação do projeto, como também pela possibilidade de utilizar estes resultados como mola propulsora da ampliação de investimentos por parte das empresas em projetos sociais que reforcem a identidade de RSE. No aspecto acadêmico, justifica-se pela contribuição teórico-empírica em uma área que de 1.318 estudos voltados para a implantação de programas de responsabilidade social, competitividade e estratégia de negócio, somente 18 se propõem a identificar e analisar o resultado do investimento social privado em associação com o

desenvolvimento humano dos beneficiários deste investimento. Estes dados foram oriundos de uma busca realizada nas bases SciELO, SPELL, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal de periódicos da Capes, em 2020.

Considerando o aspecto social, justifica-se pela razão que leva a pesquisar os impactos do projeto social na vida dos beneficiários, além da importância de identificar transformações na vida desses apicultores, e não apenas uma forma de apresentar a empresa como responsável socialmente, por meio de números que compõem um relatório de sustentabilidade para prestar contas à sociedade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se transformou em uma poderosa vantagem competitiva para as corporações e seus executivos. O envolvimento em ações comunitárias é fundamental para sua sustentabilidade, além de contemplar a preferência do consumidor, o respeito dos clientes e a admiração de seus colaboradores (Oliveira, 2003).

Segundo Alves (2003, p. 38), foi Bowen que, em 1957, fez a primeira análise mais criteriosa sobre a RSE, quando menciona em seu livro *Responsabilidades Sociais de Homens*, que “se refere às ‘obrigações’ dos homens de negócio de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores da nossa sociedade”. A divulgação e a popularização do conceito ocorreram no início dos anos de 1960 nos Estados Unidos da América, no final da década de 1960 na Europa e no final dos anos de 1970 no Brasil (Alves, 2003).

Para Oliveira (2003), o conceito de RSE está vinculado à ética nas ações e relações com os stakeholders com os quais a empresa interage, sendo uma mudança de atitude na perspectiva empresarial e na geração de valores para todos. E para o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a RSE “implica práticas de diálogo e engajamento das empresas com todos os públicos ligados a ela, a partir de um relacionamento ético e transparente” (2013, p. 3).

As empresas deixaram de atender apenas aos interesses do mercado e de seus acionistas, passando a considerar também as expectativas de seus stakeholders, elementos fundamentais para o planejamento estratégico da organização (Ashley *et al.*, 2003). A responsabilidade das empresas deixa de ser somente econômica, passando também a focar os âmbitos ambiental, social, moral e ético (Ashley *et al.*, 2003). Especificamente, no que concerne aos impactos sociais, as relações sociais e de trabalho são influenciadas, contribuindo para a modificação do espaço e a mudança de hábitos, valores e costumes antes relevantes naquela sociedade (Dias, 2012).

Mello Neto e Froes (2004) afirmam que a sociedade produziu discussões no sentido de sensibilizar o empresariado a ter consciência do seu papel quanto às questões sociais e ambientais e a engajar-se em ações solidárias de interesse da sociedade. De forma mais ampla, a RSE propõe ações para estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva, considerando todos os envolvidos naquele ambiente, naquela sociedade: indivíduos, governo, grupos sociais, movimentos sociais, igrejas e outras instituições (Melo Neto, & Froes, 2004).

Para Alves, Ferraz, Kamel (2012), cada vez mais, as empresas têm se engajado em questões sociais e estão sendo convocadas pelo poder público e por comunidades de seu entorno para apoiar iniciativas voltadas para a solução de seus problemas. Esses desafios, na maioria das vezes, são causados pela ineficiência de organismos governamentais, os quais delegam responsabilidades para a sociedade civil e as empresas (Alves, Ferraz, & Kamel, 2012).

Uma forma de incorporar essa responsabilidade à sociedade e à estratégia da empresa é por meio da implantação de um sistema de gestão de responsabilidade social que seja assumido pelo público interno – gestores e funcionários da empresa (Dias, 2012). Para o mesmo autor, a responsabilidade social remete à uma gestão ética e sustentável e sua colaboração com a sociedade deve ser de forma transparente.

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

O Grupo de Instituto Fundações e Empresas (GIFE) considera o Investimento Social Privado (ISP) como o direcionamento de recursos privados para projetos e ações sociais orientados ao comprometimento de monitorarem e avaliarem os projetos que desenvolvem, para diferenciá-los de práticas assistencialistas. Criado em 1995, por 25 institutos, fundações e empresas, o papel central do GIFE é gerar conhecimento a partir de articulações em rede, para aperfeiçoar o ambiente político institucional do investimento social e ampliar a qualidade, legitimidade e relevância da atuação dos investidores sociais privados (GIFE, 2019).

Em meados dos anos de 1990, houve uma ressignificação e criação de conceitos relacionados à área social incluindo o termo ISP, utilizado para designar uma nova forma de apoio das empresas e cidadãos às questões sociais, distanciado da visão de caridade (Nogueira, & Schommer, 2009). Mas, segundo os mesmos autores, somente em 2000 o termo passou a ter outra importância: marcar com mais clareza o espaço da ação social estruturada no âmbito da questão da RSE.

A definição de ISP também pode ser entendida como a soma de três aspectos: (a) origem dos recursos - privada e voluntária; (b) forma de atuação - planejada (na busca de resultados), monitorada e sistemática; e (c) finalidade - projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, acima de interesses privados que a empresa ou o filantropo (Nogueira, & Schommer, 2009).

Peliano (2001) defende que as ações sociais das empresas foram sendo gradativamente incorporadas a suas estratégias de negócio e que atitudes próprias da filantropia deixaram de existir e passaram a ter características estratégicas com maior engajamento social por parte de todos os envolvidos. Peliano (2001) acrescenta que há o reconhecimento geral de que o envolvimento social é bom para os empresários, para as organizações e para a comunidade. As ações para esse engajamento social são protagonizadas por empresas, fundações ou instituições vinculadas às empresas de forma direta ou em parceria com organizações da sociedade civil, a partir da mobilização de interesses coletivos e objetivos compartilhados (Andion, Becker, & Victor, 2012).

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o Relatório do Desenvolvimento Humano, cujo objetivo era ampliar as discussões sobre o termo desenvolvimento humano. O foco no crescimento econômico começa a dividir espaço com o bem-estar do ser humano, considerando suas oportunidades e capacidades, representando um ponto de mudança na discussão teórica a respeito. Dessa forma, o PNUD (2013, p. 23) definiu este conceito como sendo um “processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter”. Essa nova conceituação trouxe a perspectiva da melhoria da qualidade de vida, mediante a apropriação do ser do indivíduo, em que ele passa a ter a oportunidade de se desenvolver para o que deseja ser.

O crescimento econômico é uma estratégia necessária para gerar os recursos essenciais capazes de proporcionar o desenvolvimento humano. Todavia, a ligação entre crescimento e desenvolvimento não é direta, o que torna essencial dar atenção à estrutura e à qualidade do crescimento (PNUD, 1996). É importante salientar que a ampliação da visão social do processo de desenvolvimento brasileiro está acompanhando um movimento em nível mundial e que o termo desenvolvimento não é mais caracterizado como fenômenos ou processos prioritariamente econômicos (Pinheiro, 2012)

Sen (2000) procura analisar o conceito de desenvolvimento contra argumentando as noções de crescimento de Produto Interno Bruto (PIB), industrialização e avanço tecnológico.

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN 2000, p. 29).

Essa perspectiva de desenvolvimento humano traz a ideia de melhoria das condições de vidas dos indivíduos, a qual só se efetivará com a expansão das possibilidades de ser e de fazer o indivíduo, de sua liberdade. Dessa forma, o desenvolvimento está relacionado à redução de obstáculos como: analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos e ausência de liberdades civis e políticas (Fukuda-Parr, 2002).

Para Sen (2000), no conceito de desenvolvimento existem duas razões diferentes para a importância da liberdade individual: avaliação e eficácia. Na primeira razão, o sucesso da sociedade deve ser avaliado de acordo com as liberdades que os membros desta sociedade desfrutam. Tal avaliação da liberdade pode ser vista como mais liberdade para fazer coisas importantes para si mesmos para a liberdade global da pessoa. Na segunda razão, ter mais liberdade é determinante para que as pessoas cuidem de si mesmas e possam influenciar o mundo. Estes são quesitos para o processo de desenvolvimento, o que se pode chamar de “condição de agente” das pessoas, ou seja, alguém que age e ocasiona mudanças (Sen, 2000). Dessa forma, o desenvolvimento humano deve estar centrado nas pessoas e considerar seu bem-estar, conquistado por meio da ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e liberdade de escolher (PNUD, 2013).

Sánchez (2019) sugere um exame crítico das diferentes teorias do desenvolvimento econômico e humano e propõe a mensuração qualitativa do desenvolvimento humano a partir da subjetividade e a geração de significado pelos indivíduos envolvidos. Dessa forma, “sustenta-se que a percepção subjetiva do desenvolvimento é tão ou mais importante que as questões objetivas, pois reafirma a possibilidade de senti-lo e vivê-lo da perspectiva do sujeito, ou seja, de suas apreciações de suas condições de vida” (Sánchez, 2019, p. 115). Diante dessa perspectiva, as autoavaliações dos indivíduos sobre seu bem-estar e a satisfação com as condições de vida que elas levam são consideradas na avaliação de desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que ocorreu nos países ou Estados-nação que passaram por revolução capitalista. É caracterizado por Bresser-Pereira (2006, p. 1) como um:

[...] processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.

Berlinck e Cohen (1970) apresentam a distinção entre crescimento econômico, modernização e desenvolvimento da seguinte forma: crescimento econômico é um processo em que ocorre um persistente aumento da renda real de uma economia; modernização é um processo de mudança do comportamento social de uma população em que os novos parâmetros culturais da estrutura são fornecidos pela Revolução Industrial; e desenvolvimento significa um processo de mudança da divisão do trabalho em que uma parcela substancial da população de uma sociedade passa a se beneficiar (por meio da melhoria de suas condições de vida) do crescimento econômico ocorrido.

Para Bresser-Pereira (2006), o sucesso do desenvolvimento econômico está na capacidade que a nação tem de formular estratégias de desenvolvimento ou de competição e na força e união de sua sociedade para a participação desta competição internacional, aproveitando seus próprios recursos naturais e humanos. É o sinal de que governo, empresários, técnicos e trabalhadores estão em sintonia e preparados para a competição econômica com as demais nações. O contrário é sinal de que a nação perdeu sua coesão e solidariedade (Bresser-Pereira, 2006).

Segundo Souza (2005), o desenvolvimento econômico é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, o que implica maior consumo de produtos e de serviços básicos, mas o valor da renda per capita é insuficiente para refletir corretamente os diferenciais de desenvolvimento entre países ou regiões. Portanto, é necessário considerar indicadores adicionais que possam refletir melhorias sociais e econômicas. Para a autora, estes indicadores podem ser caracterizados como: alimentação de qualidade, atendimento médico e odontológico, educação qualificada, mais segurança e melhor qualidade do meio ambiente. Para Bresser-Ferreira (2006), quando há evidências de desenvolvimento econômico, presume-se que a qualidade técnica dos trabalhadores melhorou e que os empresários investiram e inovaram em treinamentos e desenvolvimento.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza descritiva ao se preocupar em detalhar a realidade retratada pelos sujeitos da pesquisa (Vergara, 2003), com abordagem qualitativa (Demo, 2009) considerando dados relevantes que possibilitaram ampliar o conhecimento da complexidade da realidade. Quanto aos meios, a investigação constituiu um estudo de caso em que foi possível fazer um levantamento de dados com mais detalhes e profundidade, para conhecer determinada situação e descrever a complexidade de um fato (Yin, 2005).

A unidade de análise do estudo foi um projeto social de geração de renda, tendo como fulcro a apicultura, implantado no ano de 2004 por uma empresa de reflorestamento de eucalipto, em Minas Gerais. O projeto consiste no acesso às áreas da empresa por parte dos participantes das associações, para a locação de apiários, com a finalidade de explorar mel e outros produtos (própolis, geleia real, pólen e cera de abelha). A unidade de observação é, então, uma das sete associações participantes do projeto, a Associação dos Apicultores de Bocaiuva (APIBOC), localizada no município de Bocaiuva, na região Norte de Minas Gerais, composta por 37 associados. Vale ressaltar que a articulação da APIBOC com instituições de capacitação e desenvolvimento da região do Norte de Minas

resultou na criação da Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas (COOPEMAPI).

Nesse sentido, foram utilizados dois critérios para seleção dos entrevistados: maior tempo de permanência no projeto e ter algum cargo ou ser liderança na APIBOC ou COOPEMAPI, com a intenção de se obter o máximo de informações de um grupo representativo de apicultores, considerando sua percepção do período anterior e posterior à implantação do projeto. Dos 37 associados, somente 13 possuíam participação ativa no projeto e todos foram convidados a participarem do estudo. 8 entrevistas foram realizadas.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado, em 2020. Para fins de análise, todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas à luz da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011). A elaboração de um plano de análise permitiu iniciá-la com a identificação das coincidências e divergências entre as manifestações dos entrevistados, conforme sugere Godoy (1995). A partir desse momento, foi possível fazer a codificação (escolha de unidades de análise) dos temas comuns às respostas e, posteriormente, a definição *a posteriori* de categorias e códigos analíticos. Por esta razão, uma revisão ampliada da literatura foi realizada após a análise dos dados, visto que os entrevistados trouxeram novas realidades.

RESULTADOS

Todos os entrevistados deste estudo são do sexo masculino, o que evidencia uma participação pouco expressiva das mulheres na apicultura. Atualmente há apenas uma mulher, em 16 anos de existência deste projeto social, que não apresentou disponibilidade para participar da entrevista. Dos entrevistados, 2 estão no projeto desde o seu início e 3 entraram para o projeto no segundo ano de implementação. O Quadro 1 apresenta algumas características dos entrevistados.

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Posição na APIBOC	Posição na COOPEMAPI	Tempo Atividade apícola	Tempo Projeto
Apicultor 1	40	Ensino Médio Técnico	Associado	Conselho fiscal	9	8
Apicultor 2	50	Ensino Médio	Conselho fiscal	Cooperado	35	15
Apicultor 3	50	Ensino Médio	Presidente	Diretor	18	16
Apicultor 4	46	Ensino Fundamental	Conselho fiscal	Cooperado	31	15
Apicultor 5	51	Ensino Médio Técnico	Tesoureiro	Cooperado	15	15
Apicultor 6	46	Ensino Fundamental	-	Cooperado	14	14
Apicultor 7	59	Ensino Médio	Fundador	-	30	16
Apicultor 8	54	Ensino Superior	Conselho fiscal	Presidente	9	6

O Quadro 2 ilustra as categorias e os códigos da análise de conteúdo realizada, considerando o objetivo do presente artigo e discutidas nas subseções seguintes.

Quadro 2 – Códigos e Categorias

Código analítico	Categoria	Código descritivo
Capacitação profissional dos apicultores do projeto	Profissionalização	Diversificação
		Arranjo Produtivo Local
		Aumento de produtividade e venda
		Aumento de profissionais
		Desempenho
Apoios institucionais que proporcionaram o desenvolvimento da apicultura	Parcerias e Instituições	Associação APIBOC
		Cooperativa COOPEMAPI
		CODEVASF
		Demais parceiras
Avaliação dos apicultores quanto projeto de apicultura	Consequências do Projeto	Produção
		Conhecimento
		Segurança
		Aumento de vendas

Capacitação profissional dos apicultores do projeto: profissionalização

Este código analítico é formado pela categoria Profissionalização, que por sua vez engloba seis códigos descritivos, analisados nesta seção. A formação profissional foi percebida pelos apicultores como importante instrumento para o desenvolvimento da apicultura e sugerem que essa formação deve ocorrer no início da atividade e ser atualizada constantemente devido as inovações neste ramo de atividade.

[...] todos os cursos de apicultura que a gente teve chance de fazer que a gente foi [...] a apicultura a gente não pode parar sempre tá inovando sempre aparece uma coisa nova entende [...] se você não tiver conhecimento você só ir da sua mente você não consegue prosperar eu por exemplo se eu tivesse com apicultura hoje no que eu aprendi no mato com meu pai hoje eu tava lá na roça ainda morando no que é do outro trabalhando pro outro não tinha nada porque eu não ia ter conhecimento [Apicultor 4]

A inovação está presente na atividade apícola devido à necessidade de criar técnicas e de introduzir tecnologias capazes de aumentar a produtividade e a qualidade e reduzir as perdas de enxames, além da criação de equipamentos que facilitem a atividade e proporcionem ganhos na produção.

Khan, Matos e Lima (2009, p. 673) identificaram que “o nível tecnológico é um fator determinante da competitividade dos apicultores”. Neste caso, apontam que as inovações tecnológicas são fundamentais para os ganhos de lucratividade e competitividade do setor, e recomendam dar atenção especial a: fornecimento de assistência técnica, acesso a crédito e capacitação e treinamento dos apicultores

Segundo os apicultores, a profissionalização da apicultura possibilita a diversificação das atividades e serviços apícola, com inúmeras opções de trabalho. Mel, própolis, cera e pólen estão presentes nos produtos comercializados pelos entrevistados, bem como a produção de materiais (caixas e cera) de abelha-rainha para manutenção dos enxames fortes e produtivos, e na prestação de serviço caracterizada pela locação de caixas povoadas por abelhas para a polinização de alguns frutos.

Assim como salientado por Imperatriz-Fonseca e Nunes-Silva (2010), as abelhas prestam serviços à natureza, à polinização e à fertilização cruzada das plantas. A polinização é considerada um serviço de valor inestimável ao ecossistêmico regulatório e tem grande importante para a produção de alimentos (flores bem polinizadas produzem

frutos de melhor qualidade, peso e sementes em maior número) e de biocombustíveis e, principalmente, para a manutenção da biodiversidade em áreas naturais.

O Arranjo Produtivo Local (APL) da apicultura é visto como facilitador do acesso e manutenção dos equipamentos, possibilitando que a atividade apícola se torne ainda mais viável na região. Em seu estudo, Ribeiro *et al.* (2013) também identificaram que a APL é propulsora do desenvolvimento territorial e que os atores locais são os protagonistas desse processo de mudanças, a partir da qualidade das relações entre eles.

A profissionalização também favoreceu ao aumento de produtividade e melhoria de vendas, considerando que houve grande aumento da produção, mediante o acesso a técnicas adequadas e ao extenso pasto apícola, houve também o aumento de vendas tanto para o mercado interno quanto externo, por intermédio da COOPEMAP e de atravessadores. Os entrevistados repassam seus produtos para a cooperativa e alguns comercializam os produtos da apicultura (mel, pólen e própolis) de forma fracionada, em frascos de diversos volumes, para supermercados e comércio varejista. Em 2020, foi possível exportar mel também de forma fracionada, o que agrega valor ao produto.

[...] sem dúvida ela só veio a somar viu depois que você vê que hoje tem um selo de apicultor alta produtividade [...] as vezes não tinha nem comprador, hoje não... hoje por ser você tem a cooperativa COOPEMAP, tem várias associações em várias regiões [...] já é um negócio mais profissional mesmo que só vai somar na região de Bocaiuva, agregar valores pra as pessoas rendas pra sobreviver sem dúvida [Apicultor 7]

Percebe-se que nos últimos anos ocorreu um aumento no número de apicultores do município. Segundo o apicultor 6, no passado era possível identificar todos os apicultores do município, mas hoje, diante do aumento do número de apicultores, não é possível identificar todos, mas apenas os que têm vínculo com a associação ou a cooperativa.

Parte dos apicultores entendem que a formação profissional é que os torna profissionais da apicultura, possibilitando-lhes deter o conhecimento das técnicas. Aplicar no cotidiano este conhecimento está voltado para entender e compreender as questões relacionadas à apicultura, o que, além de facilitar a atividade amplia o desempenho dos entrevistados.

[...] olha eu fui muito beneficiado com os cursos, muito beneficiado, extremamente importante os cursos, tanto que eu te falei eu melhorei nos meus conhecimentos [Apicultor 6]

[...] igual eu te falei, quando era criança eu já mexia com meu irmão mais velho e mais tarde eu fui mexer sozinho... o ser humano é uma pessoa perceptiva eu via... eu via... eu aprendi com o bicho né... segundo é... mais tarde eu aprendi com pessoas que me ensinou mais sobre apicultura [Apicultor 3]

Todos os entrevistados manifestaram que percebem mudanças em seu desempenho e a maioria dos apicultores citaram exemplos práticos de que, contando com técnicas e conhecimento de gestão, puderam alcançar melhorias em sua produção, otimizar processos e reduzir custos, minimizando as perdas. Nas falas, foram apontadas técnicas utilizadas para melhorar esse desempenho, como: sequenciamento, troca de cera, troca das abelhas rainhas, migração das abelhas, além de organização e aprendizado do grupo, fatores determinantes para a melhoria de seu desempenho, mediante o uso de técnicas adequadas na prática da apicultura. A organização foi citada tanto no desenvolvimento prático da atividade apícola quanto a conquista apoios e parcerias, que resultaram no crescimento da apicultura da região.

[...] evoluiu em termos de organização também porque na época a gente tinha pouca organização... e muita gente... mas nós não tinha uma reunião, uma prática no campo, a gente não tinha os apiários, não era organizado. Na época não tinha emplacamento e esta tecnologia foi passada pra o espaço que hoje a gente tem [Apicultor 8]

Apoios institucionais que proporcionaram o desenvolvimento da apicultura: parcerias e instituições

Os apicultores identificaram que, com o desenvolvimento da apicultura na região, se fez necessário a ampliação de apoio e de parcerias ao grupo, como: programas de assistência técnica, cursos de capacitação, projetos técnicos para crédito rural e projeto de repasse de equipamentos, certificações e selos de qualidade e de inspeção estadual e federal, novos mercados, projetos de apoio ao desenvolvimento regional. Foi reconhecido nos relatos que a diversidade de parcerias foi fundamental para a alavancagem do desenvolvimento da apicultura.

[...] quando nós começamos, nós tinha pouco parceiros na época [...] nós estamos na busca de parceiros universitários pra nos apoiar na pesquisa. É muito importante a área de pesquisa, nós temos produtos riquíssimos maravilhosos que ainda não foram descobertos [Apicultor 6]

A APIBOC foi mencionada de forma positiva por todos os entrevistados, que a apontaram como a base para construir toda a estrutura de atividade apícola que eles têm hoje no município e na região, com referência à organização dos apicultores, à informação e à inovação, assim como para incentivar laços de solidariedade entre os apicultores. É possível identificar que durante todo o desenvolvimento da apicultura a associação esteve presente e ocupou um espaço de integração dos apicultores, por meio do diálogo e da troca de informações, além de firmar parcerias de diversas naturezas, como, programas do governo, empresas estatais de apoio ao desenvolvimento regional.

Com respaldo nas falas dos apicultores, percebe-se que a associação é responsável pela parceria com as empresas e os fazendeiros para a utilização do pasto apícola. Essas parcerias foram citadas por vários apicultores como decisivas para o desenvolvimento da atividade, que depende de áreas plantadas para a coleta do pólen. A associação também é benchmarking sobre a gestão da apicultura na região, considerando que muitas associações da região procuram a APIBOC para obter informações, orientações e apoio. Para Sena *et al.* (2017, p. 401) “as associações desempenham um papel muito importante, pois acabam sendo um instrumento para o alcance de objetivos mútuos, mas para os produtores rurais essa oportunidade significa um acesso maior a bens e serviços”.

[...] por exemplo, o pasto apícola é um patrimônio da associação, da APIBOC se eu tô lá se eu posso produzir meu mel lá é por causa da APIBOC [...] ela eu acho que a base, é de suma importância para todos nós apicultores [Apicultor 1]

A COOPEMAPI, na visão dos apicultores, destaca-se ainda como responsável pela venda do mel e seus produtos e não como desenvolvedora de conhecimento. Com isso, a questão financeira dos apicultores passou por um impacto positivo, sendo vista por alguns entrevistados como uma unidade de apoio à apicultura e ao pequeno produtor da região.

Apesar de já estarem sendo beneficiados pela cooperativa no tocante às vendas e à aquisição de equipamentos e materiais, os apicultores manifestaram que têm clareza de

que a cooperativa é “nova” e que vai precisar de um tempo para dar os resultados esperados. Como apontado por apicultores, a COOPEMAPI impulsionou a APL e hoje fornece equipamentos e materiais a preço de mercado no município, sem ter que os mesmos tenham que procurar o material em outro município ou até região.

Para Binotto *et al.* (2012), as cooperativas exercem papel importante como ferramenta de desenvolvimento do setor agrícola, dando condições a seus cooperados de progredir, com base em informações e orientações, assumindo o papel de estimuladora da criação de conhecimento junto aos seus associados.

A manifestação dos apicultores quanto a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), foi positiva, sendo ela mencionada como a instituição responsável por aproximá-los de outras que, até então, não tinham acesso

Os apicultores entendem que a CODEVASF desempenhou sua função no fomento ao desenvolvimento da região e que sua atuação foi fundamental para alavancar a atividade, devido às articulações com os atores da cadeia produtiva da apicultura. Isso, mediante a oferta da assistência técnica e dos projetos para a aquisição de materiais, o que contribuiu para ampliar o conhecimento e aumentar a produtividade. Sena (2017) relata que o apoio do governo é uma forma de impulsionar o desenvolvimento regional, além de contribuir para que eles façam parte da sociedade.

A mobilização realizada pela CODEVASF também foi mencionada como positiva, no sentido de mobilizar apicultores, técnicos e políticos em prol do desenvolvimento da apicultura, assim como na articulação para aquisição de materiais e equipamentos, através de projetos de captação de recursos e por acesso ao crédito de programas de incentivo em instituições bancárias.

Segundo os entrevistados, no início das atividades na região havia pouco apoio para o desenvolvimento da apicultura, apesar de contarem com a APIBOC para a organização dos apicultores e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (EMATER/MG), para a capacitação profissional. Hoje, eles identificam parcerias de várias outras instituições, empresas e órgãos do governo. Reconhecem que esse apoio foi fundamental para a continuidade do desenvolvimento da atividade realizada por eles.

Com o apoio de órgãos do governo para facilitar o acesso a projetos de desenvolvimento, como, assistência técnica, entreposto, doação de equipamentos e materiais, e o apoio de empresas de reflorestamento, com a disponibilidade de áreas para o desenvolvimento da atividade, os entrevistados tiveram melhores condições para se desenvolver e produzir. Ribeiro *et al.* (2013) apontam que as parcerias e a constante interação entre as instituições permitiram a concepção de fomento e de diversos serviços, como, consultoria, treinamento, cursos e assistência técnica, que se adequam à realidade local. Isso foi relatado pelos entrevistados deste estudo, revelando que as parcerias impulsionaram a atividade na cidade.

Os entrevistados mencionam o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), como parceiros que contribuíram para a capacitação técnica e de gestão, impulsionando a atividade e os meios de organização e negociação dos produtos. Lourenço e Cabral (2016) já relatavam em seus estudos que essas parcerias são responsáveis pela capacitação em apicultura, pelo cooperativismo e pelo associativismo.

Avaliação dos apicultores quanto projeto de apicultura: consequências

Os apicultores ressaltam o aumento considerável da produção dos mesmos após a inserção no projeto social. Para eles, antes de ingressarem no projeto a produção era bem tímida e após o ingresso no projeto passou a ser em grande escala. É possível identificar nas falas que a disponibilidade de área cedida pela empresa por meio do projeto aumenta consideravelmente a produção quando comparada com as áreas que utilizavam de mata nativa. A renda também foi citada como resultado desse aumento da produção em consequência do acesso a área da empresa.

[...] duas caixas não dava mas logo no ano seguinte que eu aumentei fui para o projeto [...] foi que eu fui ver a diferença sem o projeto sem área da Vallourec a gente não produz não [...] o que eu produzia no ano todo se reproduzia praticamente uma safra lá uma colheita na área da Vallourec [Apicultor 1]

A ampliação do conhecimento também esteve presente na fala de todos os apicultores quando se referiram às contribuições do projeto social. O conhecimento influenciou a logística do manejo, otimizando os percursos, o planejamento das atividades e a produção nas técnicas de manejo e no uso de equipamentos adequados para o desenvolvimento da atividade.

Também, foi possível identificar nas falas dos apicultores que o uso de técnicas adequadas e a interação com o grupo, como a troca de experiências e ensinamentos entre os apicultores, têm um peso considerável no desenvolvimento das atividades e, conseqüentemente, no sucesso dos resultados. Silva e Binotto (2013), em seu estudo sobre conhecimento e aprendizagem em meio rural, também identificaram que os meios mais utilizados para repassar a experiência são as conversas e os diálogos.

[...] melhorou muito, hoje por exemplo, antes o que que acontecia antes você ia no mato caçando enxame pra capturar [...] você pegava aquilo e ficava o dia inteirinho capturando enxame e naquele sofrimento aquele trem subindo em árvore aquela confusão toda. Pra começar, o nosso entendimento era aquele. Hoje não. Hoje você arma e dentro do seu plantão você faz as abelhas que você quiser, faz seu enxame com menor custo, você não precisa tá indo lá no mato. Você faz uma divisão, uma multiplicação [Apicultor 5]

Outro item que foi mencionado pela maioria dos apicultores está relacionado a segurança no trabalho, pois antes da inserção no projeto eles estavam expostos a riscos e desconheciam meios de controle. Os aspectos mais apontados pelos apicultores foram: Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), sinalização da área e veículos seguros. Em suas falas, percebe-se que os EPIs utilizados (macacão e luvas) não ofereciam a proteção necessária e que eles estavam cotidianamente em risco, principalmente de ferroadas. Todavia, no decorrer do tempo, em razão dos cursos realizados, eles foram buscando e desenvolvendo equipamentos mais seguros e que ofereciam uma condição ergonômica mais adequada.

Na parte da segurança do trabalho teve muita melhoria porque a gente muitas vezes comprava aquelas roupinhas muito fininhas e levava muita picada, hoje em dia a gente já tem umas roupas melhor [...] e muito identificado também, o nosso apiário tanto faz dentro da empresa ou fora da empresa, dos vizinhos, a gente coloca placa de sinalização e tal e sempre avisa algumas pessoas que estão por perto o dia que nós vamos mexer lá para não ocorrer nenhum incidente [Apicultor 2]

A sinalização foi mencionada como uma ação que resguarda não só os apicultores e empregados da empresa que adentram aquela área, como também outros transeuntes que porventura transitem pelos locais onde os apiários estão instalados. Segundo os apicultores, a área sinalizada com indicação de que existem abelhas naquele espaço evita que curiosos acessem as caixas

Alguns entrevistados relataram que os veículos que utilizavam (motos) ofereciam risco de acidente de trânsito e de dispersão das abelhas, pois as caixas eram transportadas em um reboque acoplado a eles. Com o decorrer do tempo, tiveram condições de adquirir veículos que oferecem não só condições de segurança no trânsito, como lhes permitem ir ao campo em grupo de dois ou três.

Nas falas, foi possível identificar os fatores que influenciaram no aumento das vendas, como: acesso as áreas de reflorestamento, técnicas adequadas, organização dos apicultores enquanto grupo e capacitação sobre gestão, especialmente para a prospecção de novos mercados e concorrência. Dessa forma passaram a ter maior poder de negociação e a obter maior vantagem nas vendas dos produtos. Para Silva e Binotto (2013), as alterações decorrentes da abertura de novos mercados e das transações econômicas entre países incentivam a proliferação tecnológica e o aumento de concorrentes, além de fomentarem a corrida para a produção de novos produtos.

[...] tá bem melhor bem melhor... no início a gente ficava com mel parado sem comprador. Hoje tudo que você produzir, vende [Apicultor 5]

Outro ponto abordado pelos apicultores foi a qualidade do mel produzido na região, um diferencial competitivo que agrega valor às vendas, considerando a disponibilidade de áreas de preservação permanente e de reserva legal, o que possibilita a produção de mel orgânico isento de agrotóxicos ou de transgênicos. As abelhas da região também têm uma característica peculiar: são resistentes a determinadas doenças, tornando desnecessária a aplicação de medicamentos. Dessa forma, o mel apresenta a característica de maior pureza e, conseqüentemente, de qualidade. Jones, Jones e Thrasyvoulou (2011) explicam que os produtos apícolas são amplamente utilizados desde tempos antigos, mas existe um ressurgimento do interesse pelo que a colmeia pode oferecer, talvez, devido ao alto custo de produtos farmacêuticos e sintéticos.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de identificar e analisar os impactos do projeto social de incentivo à apicultura no desenvolvimento humano e econômico dos apicultores, na ótica deles, pode-se dizer que os apicultores, após ingressarem no projeto, tiveram acesso a diversas ferramentas de capacitação profissional (cursos e assistência técnica), o que ocasionou o desenvolvimento do capital humano e o conseqüente desenvolvimento de novos conhecimentos, competências e habilidades, para que eles pudessem desempenhar a atividade de apicultura de forma aprimorada, além do crescimento pessoal para o enfrentamento dos desafios da atividade e dos negócios.

Quanto à percepção dos apicultores com relação ao seu desenvolvimento econômico, os resultados indicaram que a cessão de área para a instalação dos apiários e a conseqüente produção de mel e derivados da apicultura foi um fator decisivo para a manutenção da atividade no município e para a adesão de parceiros. Considerando que, a partir do momento em que eles tinham disponibilidade de área, foi possível permanecer na atividade e fortalecer a associação, que estava em decadência. A parceria com a empresa passou a ser vista como um “patrimônio” da associação, atribuindo-lhe o valor de referência ao desenvolvimento da atividade.

Emergiu dos resultados a melhoria das condições financeiras dos entrevistados, assim como do poder de compra. Foi possível identificar que ocorreram investimentos na atividade apícola, como: ampliação do número de colmeias para o aumento da produção, aquisição de veículos, e otimização de serviços. Também foi possível identificar: aquisição de bens imóveis, manutenção de filhos em universidades, reforma de residências e uma vida mais confortável do que aquela que eles tinham antes de iniciar a atividade apícola no projeto.

Em relação à percepção dos apicultores sobre seu desenvolvimento humano, foi possível identificar o quanto o projeto significou em termos de oportunidades, impactando positivamente sua qualidade de vida e suas decisões sobre seu futuro, principalmente quanto à escolha por ser apicultor. Considerando a teoria de liberdades de Sen (2000, p. 29), em que “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”, é possível inferir que hoje os participantes do projeto dispõem de condições melhores para atuarem como seres sociais, interagindo e influenciando o mundo em que vivem.

A busca por conhecimento e pesquisas destacou-se no resultado do estudo, considerando que a ele foram feitas referências ao sucesso do desenvolvimento da apicultura na região. O reforço desse destaque veio com o período de pandemia, em que as associações e instituições de apoio e pesquisa realizaram encontros virtuais, no sentido de divulgar novas técnicas, resultados de pesquisas e troca de experiências, inclusive cursos na área da apicultura, proporcionando a interação entre eles e a ampliação do conhecimento.

Na avaliação geral, o projeto proporcionou a integração dos apicultores, que facilitou a troca de informações e experiências. Essa integração colaborou para que eles se organizassem e procurassem melhorar o manejo (técnicas), a segurança e a qualidade do produto, proporcionando a evolução da atividade apícola no município e, conseqüentemente, mudanças no ambiente em que eles vivem. Em resumo, os resultados alcançados apontam que os apicultores apresentam condições de definir e atingir seus objetivos de realização pessoal e profissional, mediante o exercício pleno de liberdade.

Diante dos resultados obtidos a partir deste estudo, o projeto social de incentivo à apicultura pode ser considerado uma iniciativa de responsabilidade social da empresa, levando-se em conta que propõe ações capazes de estimular o desenvolvimento individual e coletivo no território em que está instalada, considerando todos os envolvidos, numa dimensão econômica, ambiental e social. A pandemia e o conseqüente período de quarentena foram limitadores deste artigo, que dificultaram a comunicação com aqueles que residem na zona rural. Como sugestão para a realização de pesquisas futuras, tem-se aqueles voltados para a participação de mulheres na atividade apícola, bem como a integração de jovens que apareceu como uma questão de relevância.

REFERÊNCIAS

- Alves, E.A. (2003). Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. *Revista de Administração*, 38(2), 37-45.
- Alves, J.A.C., Ferraz, F.T., & Kamel, J.A. (2012). Gestão do investimento social privado em projetos de desenvolvimento local – o caso de uma escola de turismo no estado do Espírito Santo. *Sistemas & Gestão*, 7(2), 262-273.
- Andion, C., Becker, Y., & Victor, I. (2012). Is Private Social Investment a form of public goods coproduction? An Overview of the Brazilian reality. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 83(3), 407-433.
- Ashley, P.A. (2003). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva.

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Berlinck, M.T., & Cohen, Y. (1970). Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo. *Revista de Administração de Empresas*, 10(1), 45-64.
- Binotto, E. *et al.* (2012). A contribuição do conhecimento no espaço das propriedades rurais. *Revista Gestão & Planejamento*, 13(1), 106-125.
- Bresser-Pereira, L.C.O. (2006). *Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico*. Recuperado de <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>.
- Demo, P. (2009). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Fischer, R.M, Fedato, M.C.L., & Belasco, P.F. (2005). Sustentabilidade sócio-ambiental através de alianças estratégicas intersetoriais: um estudo de caso sobre comunidades extrativistas na região da Amazônia. In: *International Society for Third-Sector Research*, Lima, Peru.
- Fukuda-Parr, S. (2002). *Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos: o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano*. Recuperado de <<http://sergiorosendo.pbworks.com/f/Fukuda-Parr+2002+Sen.pdf>>
- Gentil, D., & Ferreira, G.T.C. (2019). Como as Empresas Integrantes da Carteira ISE Avaliam o Retorno do Investimento Social Privado. *Revista Organizações em Contexto*, 15(29), 97-123.
- GIFE (2019). *Alinhamento entre investimento social e o negócio*. Recuperado de <https://gife.org.br/agendas-estrategicas/alinhamento-entre-investimento-social-e-o-negocio/>.
- Godoy, A.S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Imperatriz-Fonseca, V.L., & Nunes-Silva, P. (2010). As abelhas, os serviços ecossistêmicos e o Código Florestal Brasileiro. *Biota Neotropica*, 10(4), 59-62.
- Instituto ETHOS. (2013). *Indicadores Ethos de responsabilidade social*. São Paulo: Instituto Ethos.
- Jones, S.L, Jones, H.R., & Thrasyvoulou, A. (2011). Disseminating research about bee products. A review of articles published in the Journal of Apicultural Research over the past fifty years. *Journal of ApiProduct and ApiMedical Science*, 3(3), 105-116.
- Khan, A.S., Matos, V.D., & Lima, P.V.P.S. (2009). Desempenho da apicultura no estado do Ceará: competitividade, nível tecnológico e fatores condicionantes. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 47(3), 651-676.
- Lourenço, M.S.M., & Cabral, J.E.O. (2016). Apicultura e Sustentabilidade: Visão dos Apicultores de Sobral (CE). *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 9(1), 93-115, 2016.
- Melo Neto, F.P, & Froes, C. (2004). *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Nogueira, F.A., & Schommer, P.C. (2009) *Quinze anos de investimento social privado no Brasil: conceito e práticas em construção*. São Paulo, ANPAS/ENANPAD.
- Oliveira, M.A.L. (2003). *SA 8000: modelo ISO 9000 aplicado à responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda.
- Peliano, A.M.T. (2001). *Bondade ou Interesse? como e por que as empresas atuam na área social*. Brasília: IPEA.

- Peria, M.L., Santos, D.F.L., & Montoro, S.B.A. (2020). Responsabilidade Social Corporativa e os Desempenho Financeiro e Econômico de Empresas Estabelecidas no Brasil. *Desafio Online*, 8(1), 91-114.
- Pinheiro, M.M.S. (2012). *As Liberdades Humanas como Bases do Desenvolvimento: Uma Análise Conceitual da Abordagem das Capacidades Humanas de Amartya Sen*. Rio de Janeiro, IPEA.
- PNUD. (2013) *Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro*. Brasília, DF.
- Ribeiro, K.A. *et al.* (2013). Arranjo produtivo local (APL) como estratégia de potencializar as fronteiras mercadológicas do apicultor no perímetro de irrigação senador Nilo coelho em Petrolina-PE. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(2), 99-120.
- Ribeiro, K.A. *et al.* (2013). Arranjo produtivo local (APL) como estratégia de potencializar as fronteiras mercadológicas do apicultor no perímetro de irrigação senador Nilo coelho em Petrolina-PE. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(2), 99-120.
- Sánchez, J.R. (2019). Desenvolvimento e qualidade de vida. Uma perspectiva crítica do pensamento de Amartya Sen. Aletheia. *Revista Contemporânea de Desenvolvimento humano, Educacional e Social*, 11(2), 107-126.
- Sen, A.S. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sena, T.M., Sena T.M., & Silva Filho, L.G. (2017). Associação dos produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. *Revista Includere*, 3(1), 398-406.
- Silva, I.F., & Binotto, E. (2013). O conhecimento e a aprendizagem organizacional no contexto de uma organização rural. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 3(1), 132-156.
- Souza, N.J. (2005). *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas
- Vergara, S.C. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Yin, R.K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.